

# Guia de utilização do



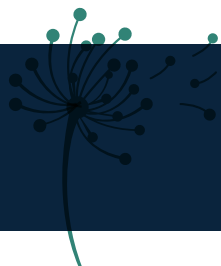
PORTAL CNJ DE  
**BOAS PRÁTICAS DO  
PODER JUDICIÁRIO**



— Guia de utilização do —



PORTAL CNJ DE  
**BOAS PRÁTICAS DO  
PODER JUDICIÁRIO**



# Guia de utilização do Portal CNJ de Boas Práticas do Poder Judiciário

Bem-vindo ao novo Portal CNJ de Boas Práticas do Poder Judiciário! Preparamos este passo a passo para auxiliar no cadastramento da sua boa prática em nosso Portal.

O Portal CNJ de Boas Práticas é ambiente virtual para o registro e a divulgação de práticas de sucesso, possíveis de serem replicadas, que podem servir de modelo para a gestão dos diversos órgãos do Poder Judiciário.

## **Mas, afinal, o que é uma boa prática?**

Uma boa prática pode ser definida como experiência, atividade, ação, caso de sucesso, projeto ou programa, cujos resultados sejam notórios pela eficiência, eficácia e/ou efetividade e contribuam para o aprimoramento e/ou o desenvolvimento de determinada tarefa, atividade ou procedimento no Poder Judiciário.

O portal contemplará práticas de diversas temáticas em um só lugar, de forma a facilitar aos usuários a busca. Assim, foram criados eixos temáticos com o objetivo de direcionar as práticas cadastradas aos respectivos assuntos.

Atualmente os eixos temáticos disponíveis são:

- Produtividade judicial;
- Transparência;
- Planejamento e Gestão Estratégica;
- Eficiência Operacional Administrativa;
- Gestão Orçamentária; Sustentabilidade e Acessibilidade;
- Gestão de Pessoas;
- Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Conciliação e Mediação;
- Combate à Violência Doméstica;
- Sistema Carcerário, Execução Penal e Medidas Socioeducativas; e
- Acesso à justiça e Cidadania.

A Portaria n. 140 de 25 de setembro de 2019 instituiu e regulamentou o Portal CNJ de Boas Práticas e pode ser acessada no portal do CNJ pelo link: <http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=3021>.



# 1 Cadastramento da Prática

Veja a seguir os quatro passos necessários para ter sua boa prática publicada em nosso Portal:



O login e a senha são os mesmos do Sistema de Controle de Acesso (SCA) do CNJ.

## Passo 1: Cadastre sua Prática

Após fazer o login, cadastre sua Prática no Portal. Para tanto, é necessário clicar o campo “Práticas”, conforme demonstrado na imagem a seguir:



Em seguida, clique o campo em verde “Cadastrar”, conforme imagem que se segue:

Título de Prática	Eixo Temático	Responsável Pela Inscrição	Magistrado	Status	Ação
Prática Enviada	Transparência	Administrador Portal BP	RAFAEL BORGES	Publicada	
Produção eficiente	Produtividade judicial	Administrador Portal BP	Gabriela Lobo	Em análise	
JUDSAÚDE: SISTEMA DE APOIO ÀS AÇÕES JUDICIAIS DE SAÚDE	Gestão de Pessoas	Administrador Portal BP	Gabriela Lobo	Publicada	
ESPERANÇA - SOCIOEDUCAÇÃO	Combate à violência doméstica	Administrador Portal BP	Gabriela	Enviado para análise	
Projeto Viver Melhor	Combate à violência doméstica	Administrador Portal BP	Gabriela Lobo	Enviado para análise	

A seguir, abrirá uma página que permite a adição da sua prática. É necessário preencher todos os campos obrigatórios (marcados com asterisco):

**Dados do Responsável pela Prática**

Magistrado responsável pela Prática \* CPF do Magistrado \* E-mail do Magistrado \* Contato Público \*

**Dados da Prática**

Cargo do Responsável pela Inscrição \* O idealizador da prática é o Magistrado responsável? \*

**Dados Finais da Prática**

Responsável Pela Inscrição

Name	CPF	Tribunal	Estado	Município
Administrador Portal BP	821.988.570-06	Conselho Nacional de Justiça	Distrito Federal	Brasília

Nessa aba, deverão ser registrados os dados do magistrado responsável pela prática e dados iniciais para cadastro da prática e, ainda, informado um contato público, pelo qual os interessados pela prática obtenham mais informações.

Ressalta-se que, caso a prática seja publicada, apenas o nome do magistrado e o contato cadastrado no Portal serão exibidos para o público externo.



Finalizada essa etapa, clique o botão “próximo”, localizado no canto inferior direito da tela para continuar com o cadastro.

Note que é possível acompanhar, na parte superior, as etapas de preenchimento necessárias para o cadastro da prática e qual percentual já foi preenchido:

Os campos de preenchimento durante o cadastro da prática serão discriminados no anexo deste guia.

Dando continuidade, preencha também a aba “Dados da Prática”:

Esse campo é destinado para descrever as informações mais relevantes, as principais etapas do processo e os procedimentos adotados na execução da boa prática. O campo “Anexos” permite a inclusão de documentos com detalhamento da prática, caso haja. Exemplos: registros fotográficos, gráficos, tabelas, vídeos etc.

Em seguida, preencha a aba “Dados Finais da Prática”:

The screenshot shows the 'Adicionar Prática' (Add Practice) form. At the top, there are five tabs: 'Dados do Responsável pela Prática', 'Dados de Resumo da Prática', 'Dados da Prática', 'Dados Finais da Prática' (highlighted with an orange circle), and 'Termo de Ciência'. Below the tabs, there are three main input areas: 'Recursos Utilizados \*' (0 de 500 caracteres), 'Resultados e benefícios alcançados \*' (0 de 2000 caracteres), and 'Lições Aprendidas \*' (0 de 3000 caracteres). There are also 'Anterior' and 'Próximo' navigation buttons, and 'Salvar' and 'Voltar' buttons at the bottom.


A última aba dessa etapa de cadastro é o “Termo de Ciência”, conforme demonstrado a seguir:

The screenshot shows the 'Adicionar Prática' form with the 'Termo de Ciência' tab selected. A progress bar at the top indicates 78% completion. The 'Termo de Ciência e Concordância' section contains a checkbox and the text: 'Estou ciente de que sou responsável pela veracidade das informações prestadas, bem como declaro que o magistrado responsável está ciente do cadastramento desta prática e que ao cadastrá-la neste Portal, estou de acordo com os termos da Portaria CNJ n. XXX.\*'. There are 'Anterior' and 'Próximo' navigation buttons, and 'Salvar' and 'Cancelar' buttons at the bottom. A large orange arrow icon is overlaid on the left side of the form.

Após concordar com o Termo de Ciência, salve sua prática. Agora ela está pronta para o envio:



Titulo de Prática	Eixo Temático	Responsável Pela Inscrição	Magistrado	Status	Ações
jjjkkllllllllll	Gestão Organizacional	Natasha Barreto de Almeida Rangel	NATASCHA BARRETO DE ALMEIDA RANGEL	Publicada	
NATASCHA BARRETO DE ALMEIDA RANGEL	Produtividade Judicial	Natasha Barreto de Almeida Rangel	NATASCHA BARRETO DE ALMEIDA RANGEL	Pronta para envio	
Eficiência Judicial	Eficiência Operacional Administrativa	Natasha Barreto de Almeida Rangel	NATASCHA BARRETO DE	Pronta para	

Para enviar a prática para análise do CNJ, o usuário deverá clicar o ícone ,  conforme sinalizado na imagem acima.

## Passo 2: Admissibilidade da Prática pelo CNJ

Após o envio da prática, ela será submetida primeiramente a uma verificação quanto aos critérios mínimos de admissão, que estão descritos no artigo 9º da Portaria CNJ n. 140, de 26 de setembro de 2019.

Se a proposta não atender aos critérios de admissão apresentados na portaria, ela será devolvida para ajustes ou complementação de informação e poderá ser novamente submetida mediante a realização dos ajustes informados por e-mail.

Observação: O prazo para o reenvio da proposta com os ajustes feitos é de seis meses. Caso contrário, a proposta será automaticamente excluída do cadastramento de práticas.

Posteriormente a essa etapa, acontecerá a análise técnica pela equipe do CNJ. A avaliação da proposta irá observar os critérios descritos no artigo 12 da Portaria CNJ n. 140/2019.

## Passo 3: Submissão da Prática ao Plenário do CNJ

Após a análise pela equipe técnica, a prática com parecer favorável será submetida aos conselheiros do CNJ para aprovação em sessão plenária do órgão.



## Passo 4: Publicação da Prática no Portal

Caso sua prática seja aprovada pelo Plenário como Boa Prática, ela será publicada no Portal CNJ de Boas Práticas do Poder Judiciário para disseminação do conhecimento.

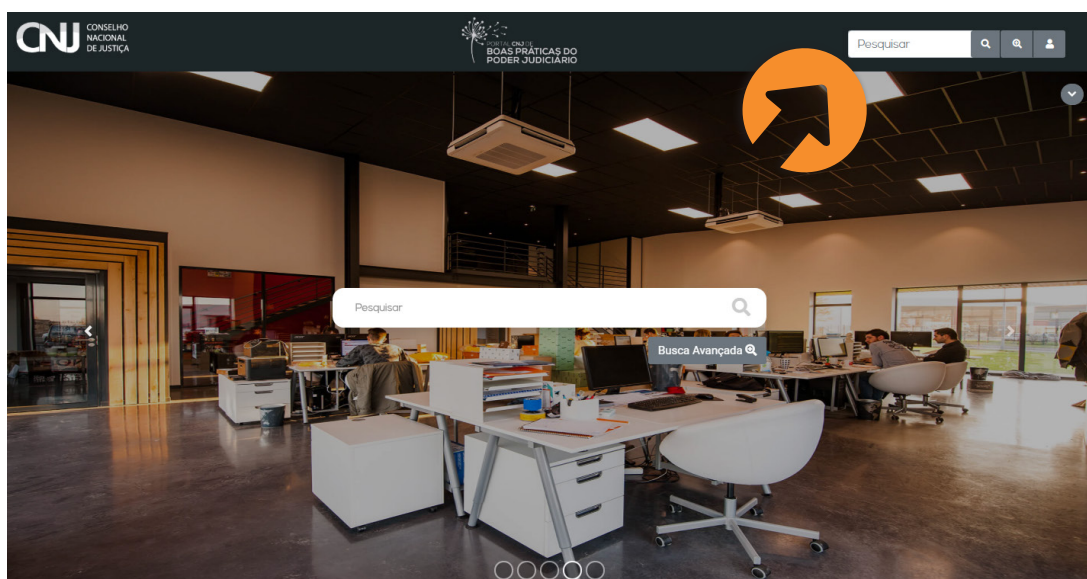
Se a prática for rejeitada pelo Plenário do CNJ, ela não poderá ser retificada no Portal, além de não poder ser recadastrada pelo período de 12 meses a partir da data da rejeição.

## 2 Pesquisa de boas práticas no Portal

As práticas incluídas no Portal CNJ de Boas Práticas do Poder Judiciário serão disponibilizadas como material de pesquisa e mantidas em arquivo para aproveitamento e/ou consulta.

Assim, as boas práticas disseminadas no Portal servirão para ampliar a gestão do conhecimento no âmbito do Poder Judiciário e contribuir com o aperfeiçoamento dos serviços judiciais.

Para pesquisar as boas práticas, o usuário poderá utilizar os campos de pesquisa disponibilizados na página do Portal.





É possível ainda realizar busca avançada, de forma a localizar as boas práticas segundo uma característica específica, como: Título, Eixo Temático, Palavras-Chave, Estado, Município, Magistrado e Tribunal.

**CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA** | **BOAS PRÁTICAS DO PODER JUDICIÁRIO**

**Consultar Práticas**

Título:  Eixo Temático: Todos Palavras Chave:

Estado: Todos Município:  Magistrado:  Tribunal:

[Limpar](#) [Pesquisar](#)

Nenhuma prática publicada foi encontrada com esses filtros.

**Endereço:** SEPN Quadra 514 norte, lote 9, Bloco D CEP: 70760-544

**Contato:** E-mail: boaspraticas@cnj.jus.br Telefone: (61) 2326-5303

© Copyright 2019 Portal CNJ de Boas Práticas do Poder Judiciário

Outra forma de realizar a busca pelas práticas publicadas é selecionar algum eixo temático disponibilizado no Portal, que o sistema direcionará a um conjunto de práticas relacionadas ao assunto.



# 3 Premiação

É importante registrar que as práticas publicadas no Portal CNJ de Boas Práticas do Poder Judiciário poderão, a critério do proponente, ser submetidas a novo processo seletivo de premiação regulamentado em ato próprio.

Para dúvidas ou sugestões, enviar e-mail para [boaspraticas@cnj.jus.br](mailto:boaspraticas@cnj.jus.br).

---

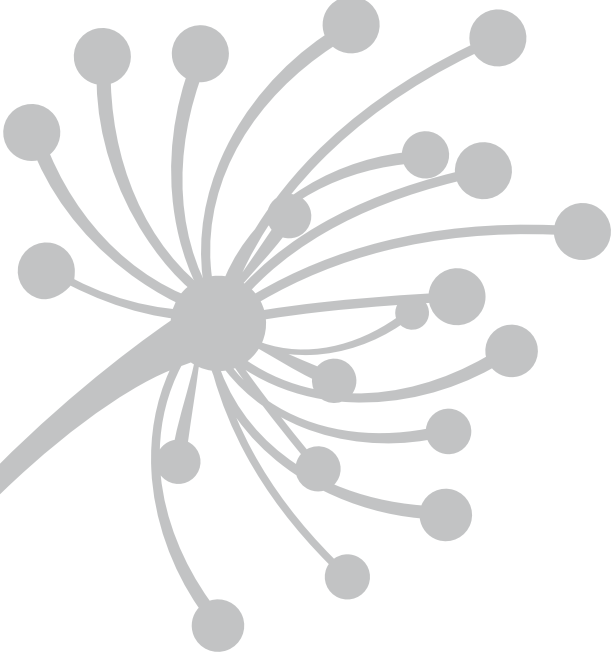
## Campos a serem preenchidos no cadastramento da prática

Segue, abaixo, a relação de todos os campos que deverão ser preenchidos durante o cadastro da prática:

- Magistrado responsável pela prática;
- CPF do magistrado;
- E-mail do magistrado;
- Contato público;
- Cargo do responsável pela inscrição;
- Título da prática;
- Eixo temático;
- Data de início;
- Descrição resumida da prática: descrever as características relevantes da prática e seus principais objetivos;
- Identificação do problema: descrever a situação encontrada, contexto do projeto e o que motivou a implementação da prática;
- Metodologia: descrever as estratégias, os procedimentos adotados e o caminho traçado para a implantação da prática;



- Palavras-chave: palavras que resumem os temas principais da prática;
- Beneficiários: descrever os beneficiários diretos e indiretos da prática;
- Abrangência: Indicar o alcance da prática;
- Parceiros: listar os parceiros e as fontes de financiamento da prática, se houver;
- Recursos utilizados: indicar os recursos, como orçamento, equipamentos e sistemas utilizados;
- Resultados e benefícios alcançados: informar os resultados e benefícios obtidos com a adoção da prática comparados aos objetivos estabelecidos;
- Dificuldades encontradas: descrever os obstáculos encontrados na elaboração e na implementação da prática; e
- Lições aprendidas: listar os principais aprendizados na elaboração, implementação e execução da prática.



## Guia de utilização do



PORTAL CNJ DE  
**BOAS PRÁTICAS DO  
PODER JUDICIÁRIO**

